

Conjuntura

Fragmento do texto “Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil” de Mauro Luis Iasi.

Toda conjuntura política é a continuidade de um movimento histórico, não podendo ser compreendida apenas pelos elementos que se delineiam no quadro presente. O Brasil de hoje é o resultado de uma luta de classes e da disputa de projetos políticos materializados pelas diferentes classes que atuaram em cada período de nossa história.

O capitalismo brasileiro desenvolveu-se a partir de uma integração subordinada à ordem imperialista, fato que marcou não apenas a identidade da formação social, a estrutura de classes e o Estado, mas em grande medida a dinâmica da luta de classes no Brasil. Vivenciamos a formação e organização de um proletariado urbano de maneira mais profunda e rápida que a consolidação de uma burguesia nacional, da mesma forma que o desenvolvimento do capitalismo combinou-se com a permanência de estruturas agrárias tradicionais e a sobrevivência de lógicas patrimonialistas e fisiológicas das antigas elites oriundas do escravismo e do domínio dos cafeicultores.

Tal quadro levou a esquerda brasileira a formular, muito influenciada pelas elaborações da IC, a tese da etapa democrática nacional da revolução brasileira. Segundo a avaliação das vanguardas de esquerda, neste momento hegemônicas principalmente pelo PCB, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da própria Nação, estariam obstaculizados por entraves estruturais que no caso seriam o latifúndio, a dependência imperialista e a forma patrimonialista do Estado, ou em outra versão, seu caráter bonapartista (realização pelo alto da revolução burguesa).

Partindo desta constatação, os comunistas defendiam uma estratégia de revolução nacional-burguesa, na qual o proletariado deveria aliar-se à setores da burguesia nacional e progressista contra o latifúndio e o imperialismo, realizar uma etapa democrática para depois acumular forças para uma revolução socialista.

O auge desta formulação levou o PCB e a classe trabalhadora brasileira à derrota de 1964 e ao longo período da ditadura. Ao contrário da leitura hegemônica da esquerda (com raras exceções, como a POLOP, todas as forças de esquerda, inclusive a maior parte dos movimentos de resistência armada, defendiam a lógica da etapa democrática), o capitalismo brasileiro desenvolveu-se em aliança pactuada com os setores que supostamente deveriam entrar este desenvolvimento, ou seja, o latifúndio e o imperialismo.

O Brasil não poderia se caracterizar pelo dualismo do atraso e a modernidade (aliás de inspiração weberiana, como na tese do Brasil Arcaico e Moderno), mas pela forma particular de manifestação do capitalismo em sua fase mais desenvolvida: o imperialismo.

O processo de democratização com o final da ditadura na década de 70, reatualizou essa polêmica. Florestan Fernandes, afirmando que o ciclo das revoluções burguesas haviam se encerrado, definia o caráter socialista da revolução, no entanto, diante da incompletude de tarefas do ciclo burguês inconcluso, criou a expressão de uma revolução socialista com tarefas democráticas em atraso. Tal formulação embasou a concepção política do PT no primeiro momento de sua história, buscando diferenciar-se da formulação clássica do PCB de uma revolução democrática Nacional, pela afirmação de uma revolução democrática Popular.

A diferença é que na formulação democrática popular o leque de alianças para realizar, ao mesmo tempo, as tarefas em atraso e a ruptura socialista, não poderia incluir a burguesia e sim sustentar-se num bloco fundado nos trabalhadores assalariados (urbanos e rurais) e demais setores explorados pelo capitalismo, incluindo, no máximo, setores médios empobrecidos ou em contradição com a lógica do capital.

Pouco a pouco, no entanto, o PT transitou desta tese para um pragmatismo político que inverteu a relação entre estratégia e táticas, aproximando-se não da tese de uma revolução democrática como momento de acúmulo de forças para uma revolução socialista, mas para o amoldamento aos limites da ordem do capital, aceitando a tese da insuperabilidade das leis econômicas capitalistas e a virtude universal de sua ordem institucional.

O amoldamento do PT não consiste apenas em um desvio tático, um equívoco de direções ou na traição de pessoas, mas implica numa profunda inflexão estratégica que altera o caráter

de classe do projeto antes defendido. Ao defender a refundação de um pacto social que inclui a burguesia de qualquer porte (ou seja incluindo a monopolista), o agronegócio e, de fato (ainda que na formulação os exclua) os setores do capital financeiro, o PT se envolve não em uma aliança para sustentar seu programa histórico, mas assume os pressupostos programáticos de seus aliados.

A inflexão política e estratégica é ainda acompanhada de alterações qualitativas na composição de classe do partido, deformações profundas na organização levando á burocratização acentuada das instâncias e rompimento com a frágil democracia interna que mantinha as direções sobre tênue controle de suas bases. Estavam dadas as bases para a autonomização da direção burocrática e a substituição da classe como sujeito político.

Tese da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

1. No coração do sistema os sinais de uma crise de superprodução do capital oscilam de um pouso leve a um grande tombo da economia norte americana, e seguem demonstrando que o principal instrumento para o capital superar suas crises cíclicas é o ataque a classe trabalhadora.
2. A política de guerra do governo Bush, continua a garantir lucro para a indústria armamentista e serve como carro chefe a outros setores de produção. A invasão do Iraque é tida como a chance do imperialismo ampliar seu domínio no Oriente, não só para apropriar-se da principal riqueza natural do país - o petróleo, mas para garantir através da guerra mais lucros para a indústria da destruição e reconstrução. A política de guerra nada mais é do que garantir a queima de capital e ao mesmo tempo garantir mais lucros para outros setores como a construção civil, a indústria do petróleo etc.
3. O governo Bush está na contramão, vai contra a maioria da humanidade que pede o fim da guerra, enviando mais soldados americanos para o Iraque e jogando mais U\$ 700 bilhões de dólares nas mãos dos que se beneficiam diretamente da guerra.
4. O resultado para os/as iraquianos/as têm sido ataques diários que atingem cada vez mais mulheres e homens trabalhadores, crianças e idosos, para combater a resistência iraquiana que segue lutando para expulsar os invasores do País. As últimas notícias dessa matança somam 12 mil civis e 3 mil soldados mortos.
5. Essa ação do governo americano tem o objetivo de se alastrar para outros países como vem fazendo com seu apoio incondicional à Israel que vem matando à bala e à fome o povo palestino. Também arquiteta ações contra o Irã e a Coréia do Norte, que vêm se tornando incômodos para os EUA por estarem se preparando belicamente nos últimos anos.
6. Na Europa como nos EUA, as empresas multinacionais propõem um retrocesso aos direitos garantidos da classe trabalhadora. Montadoras nos EUA avançam sobre direitos como saúde e aposentadoria, na Alemanha as empresas aumentam a jornada de trabalho com o falso argumento de manterem empregos e o fazem com o apoio das centrais sindicais, através de pactos sociais onde os empresários ganham em cima da derrota dos/as trabalhadores/as.

No mundo o capital segue mantendo, aprofundando e abrindo novas áreas de exploração contra a classe trabalhadora.

7. A França também é um exemplo das investidas contra a classe trabalhadora. As intensas manifestações que ocorreram em 2006 eram justamente contra uma nova lei que o governo tentava aprovar (Lei do Primeiro Emprego) que reduzia e eliminava direitos para os/as trabalhadores/as jovens recém contratados, tendo como objetivo final eliminar esses direitos do conjunto dos/as trabalhadores/as franceses/as. Esses ataques devem se agravar agora com a eleição de Sarkozy.
8. Acompanhando as investidas das empresas contra os/as trabalhadores/as, o Estado também faz sua parte para atender as demandas do Capital, dificultando o acesso à saúde, educação, moradia, seguro desemprego. “Dessa maneira o tão propagandeado “Estado do Bem Estar Social” implantado nesses países, se transforma para a classe trabalhadora no Estado do Mal Estar Social”
9. Se a América Latina era tida como principal “paraíso” para os grandes capitalistas encontrarem força de trabalho abundante e barata para ser explorada, hoje outros países se encaixam também nessas condições. China, Índia e Rússia já somam juntos um batalhão de aproximadamente 1 bilhão de trabalhadores/as, que recebem baixíssimos salários e são submetidos a péssimas condições de trabalho.
10. O salário mensal desses trabalhadores/as é de aproximadamente 50 dólares ao mês, exatamente isso, ao mês. Enquanto um trabalhador alemão recebe quase isso por dia, em outras palavras um operário alemão vale 30 operários chineses.
11. Num momento em que os porta-vozes do Capital gritam aos quatro cantos que a classe trabalhadora está desaparecendo, ela aparece aos milhares, sendo intensamente explorada. Nos deslocamos, estamos espalhados por vários cantos do mundo. A diminuição dos empregos no Brasil, não significa que esses trabalhadores/as foram substituídos por máquinas como tentam fazer crer os empresários, são esses mesmos empresários que buscam e encontram outros lugares onde as condições de trabalho e os salários conseguem ser ainda piores.
12. Mas o imperialismo além de comprar força de trabalho barata longe de seu espaço, faz isso dentro do coração do sistema, basta ver como nos EUA os trabalhadores/as imigrantes são uma fonte altamente lucrativa para o Capital. Latinos, asiáticos recebem baixíssimos salários, submetidos às péssimas condições de trabalho e constantemente perseguidos pela política de repressão do governo norte-americano contra os que se encontram na clandestinidade.
13. Na América Latina o argumento imperialista ganha forma semelhante à justificativa que utilizam no Oriente Médio para ocupar os países: “É preciso garantir nossa democracia nos demais países”.

Com esse discurso os EUA e seus aliados constroem também aqui um novo “eixo do mal”. Cuba, Venezuela, Bolívia e todos aqueles que não rezem na cartilha dos capitalistas devem ser combatidos. Alguns motivos esclarecem porque há tanta preocupação dos EUA com esses países nos últimos anos.

14. Na Venezuela Chavez, consegue se reeleger com um programa que aponta para mudanças esperadas pela maioria da população pobre do país. Essa maioria extremamente pobre enfrentou uma tentativa de golpe, foi ao plebiscito optando pela mudança, reelegeu o presidente e agora de forma não passiva espera que as ações se concretizem. As propostas de caráter progressista em relação aos meios de comunicação, maior controle sobre o petróleo, que significa aproximadamente 80% da economia do país entre outras medidas, além do incômodo que já colocam para os EUA precisam demonstrar sua concretude. Agora fazê-las não passa simplesmente pela postura ou ações de um presidente, passa pelo processo de organização e participação direta dos/as trabalhadores/as nessas mudanças.
15. Na Bolívia podemos ver mais claramente os/as trabalhadores/as se movimentando. Mineiros, cocaleros e indígenas se colocaram em movimento, derrubaram dois presidentes e elegeram Evo Morales, um indígena que tem sua origem entre os cocaleros e nas lutas sindicais no País.
16. Os mesmos setores da classe trabalhadora que se colocaram em luta antes da eleição de Evo ocupando as empresas de petróleo instaladas no país, fazendo cercos as estradas, continuam num movimento radicalizado num recado tanto para as grandes multinacionais que estão instaladas no País como para o próprio presidente: estatizar os hidrocarbonetos e radicalizar no controle das empresas estrangeiras instaladas no País, ressaltando que a Petrobras recentemente nacionalizada com indenização pelo governo boliviano é das que mais tem lucrado dentro da Bolívia. Esse é o caminho para a reparação de anos de exploração dos bolivianos e de seus recursos naturais.
17. No Equador, as intensas mobilizações de 1999 levaram à eleição de Lucio Gutierrez, as mudanças não ocorreram, ao contrário, Gutierrez seguiu a receita imposta pelos EUA e novamente mobilizações e crise derrubaram mais um presidente. Esse ano Rafael Correa se elege numa coligação de esquerda sem nenhum candidato a deputado, com compromisso de chamar uma Constituinte. Mais uma vez os/as trabalhadores/as equatorianos/as demonstram seja pelo voto ou por manifestações que mudanças são necessárias.
18. Na Colômbia o presidente Uribe, com apoio dos EUA, continua sobre o pretexto de combater o narcotráfico, matando militantes das FARC e muitos dirigentes sindicais que estão em luta contra a política de

- morte do governo, que para atender as exigências das grandes multinacionais, enquanto a população amarga violência e miséria.
19. Cuba segue sendo um exemplo de resistência e ousadia. Muito pequena é a distância que separa o coração do império (os EUA) dessa pequena ilha no Caribe, que segue garantindo saúde, educação e moradia para seu povo e sendo solidária com milhares de trabalhadores/as pelo mundo afora. São centenas de médicos, dentistas, engenheiros e professores cubanos que estão em missão em países da África e América Latina. Mesmo o embargo imposto pelos EUA e todas as dificuldades enfrentadas pela população não são suficientes para barrar a persistência de Cuba que nos mostra ser possível um outro modo de se viver.
 20. A América Latina continua sendo território estratégico para o Capital intensificar e ampliar sua exploração. Por isso ao não conseguir implementar a Área de Livre Comércio da América (ALCA), parte para outras investidas construindo acordos bilaterais em vários países como no Equador antes das últimas eleições, Panamá entre outros, os acordos chamados de TLC's (Tratados de Livre Comércio), têm o mesmo objetivo de romper as barreiras alfandegárias, liberar impostos e permitir que o capital internacional possa explorar livremente a força de trabalho e os recursos naturais dos países latino-americanos.
 21. A resposta a esses ataques não pode se restringir aos governos recém eleitos que se opõem a essa política imperialista. A resposta capaz de barrar essas investidas deve vir da classe trabalhadora que precisa reorganizar seus passos, para que o movimento hoje disperso possa ser o movimento conjunto da classe.

No Brasil a continuidade do projeto que concentra riqueza e amplia a miséria

22. A chegada de Lula e do PT à presidência da República em 2003 representou a expectativa de mudança para milhões, logo isso se transformou num misto de decepção e ceticismo para uma importante parcela da classe trabalhadora, mas o que não impediu sua reeleição em 2006 com uma expressiva votação, o que demonstra também que a política assistencialista e ao mesmo tempo de submissão aos interesses do grande capital, tendo como aliados no congresso o que há de mais reacionário.
23. Numa sociedade capitalista os interesses do Estado, são exatamente os interesses da classe economicamente dominante, portanto os governos que ocupam os espaços do Estado estarão lá para atender os interesses dos grandes capitalistas industriais, financeiros e do agronegócio, que se enriquecem na exata medida da miséria da maioria da humanidade.
24. Mas para entender o país em que vivemos é necessário voltar na história e nela constatar que mudaram os nomes que se sentaram na

- cadeira presidencial, mas que a política segue sendo a mesma.
25. Saindo da monarquia, passando pela república, pelos sucessivos governos militares até chegar à democracia de hoje, o Brasil se transformou em terreno fértil para acumulação do capital internacional. A estrutura econômica e a super estrutura política construída no país permitiu a atender os interesses do Capital durante séculos e se manter até os dias atuais.
 26. Toda a infra-estrutura criada nas décadas anteriores, que fizeram presidentes como Juscelino, Vargas serem hoje lembrados por alguns desavisados ou deliberadamente mentirosos, como desenvolvimentistas serviu exclusivamente para atender as demandas do Capital.
 27. Estamos falando da construção de estradas, ferrovias, portos, as grandes estatais como Petrobras, Cosipa, CSN entre outras, cuja maioria durante o governo FHC foram entregues ao capital estrangeiro através das privatizações e/ou arrendamentos.
 28. Depois de toda a infra-estrutura concluída, quem dela usufruiu foram as grandes multinacionais que se instalaram no País. Exemplos não faltam: General Motors, Bosch, Ford, Volkswagen etc, além de encontrarem o país pronto para recebê-las, também tinham à sua disposição força de trabalho barata, que expulsa do campo, se submeteu às piores condições de trabalho. Num momento em que as grandes lutas operárias tinham sido sufocadas pela repressão do Estado, imperava então a recessão, a miséria e o medo.
 29. No final da década de 70, essa situação chegou ao limite para a classe trabalhadora. As multinacionais garantiram grandes lucros, a burguesia brasileira, como desde o início de sua formação é dependente e subserviente aos interesses imperialistas e, portanto aqueles que defenderam (e alguns ainda defendem nos dias atuais) a aliança dos trabalhadores/as com esse setor do capital em nome do “desenvolvimento nacional” deram com os burros n’água.
 30. Fruto do extremo arrocho salarial, das péssimas condições de vida e trabalho, a classe trabalhadora se levanta e constrói grandes lutas, greves e ocupações de terras e fábricas. Dessa maneira, os/as trabalhadores/as voltam à cena e ocupam seu lugar novamente na história, é também nesse momento que constroem dois importantes instrumentos: a CUT e o PT. Aqui também vale um breve resgate histórico que nos permita ver as diferentes formas que esses instrumentos assumiram até se contradizerem com a sua origem.
 31. Se a década de 80 foi o momento das intensas lutas e organização dos/as trabalhadores/as, a década de 90 foi marcada por um grande refluxo das lutas e retrocesso nos direitos garantidos. A reestruturação produtiva implementada pelas empresas trouxe aumento do desemprego, precarização ainda maior das condições de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, terceirização e flexibilização da jornada e dos direitos.

32. A classe trabalhadora recua e uma parcela significativa que dirige o movimento além de recuar vai iniciar um processo que se contrapõe aos princípios de origem: ao invés de assumir o enfrentamento contra o capital e fazer das lutas cotidianas a busca por uma nova sociedade sem explorados e exploradores, ganha espaço uma nova concepção de que é necessário buscar (como se fosse possível) a construção de um consenso nacional entre trabalhadores, capital e governo.
33. Todas as ações que caminharam para o rumo do pacto social, não só no Brasil como no mundo, garantiram ao Capital e aos seus representantes nos governos todos os seus interesses, aos/as trabalhadores/as sobraram desemprego, piora nas condições de vida e trabalho.
34. Muitas foram as ações de uma parcela importante do movimento sindical dentro da CUT que resistiu a essa nova concepção de conciliação com os inimigos de classe. Os sindicatos que resistiram aos consensos impostos pela maioria da Central Única dos Trabalhadores, puderam provar que os acordos só beneficiaram os patrões, não foram barradas as demissões e os/as trabalhadores/as perderam salários e direitos.
35. Em 2002, através do voto, e não de uma intensa mobilização, a classe trabalhadora no Brasil dá um sinal vermelho para mais de uma década de neoliberalismo no país (a nova forma de manifestação do Capital que a partir do Consenso de Washignton no início da década de 90 coloca novas exigências do Capital ao Estado que reatualiza seus mecanismos de controle dos trabalhadores e de garantia de expansão de lucros para as grandes empresas. Dessa forma começa a partir dos EUA e Europa políticas para os países da América Latina de ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as e diminuição e sucateamento dos serviços públicos como saúde, moradia, educação e transporte), iniciado por Collor e aprofundado nos oito anos de governo FHC com privatizações, sucateamento dos serviços públicos e ataque aos direitos trabalhistas. Com essa necessidade de mudança e com uma ampla aliança com os inimigos da classe trabalhadora Lula e o PT chegam à Presidência da República.
36. A partir de então, passamos a ver que o governo de Lula, além de não realizar as mudanças necessárias também garantirão mais do que a continuidade do modelo rejeitado pelos/as trabalhadores/as a sua profunda implementação.
37. Antes mesmo de ser eleito em 2003, Lula ao apresentar a “Carta aos Brasileiros” já deixava claro que seu governo iria não só respeitar todos os contratos assinados com o FMI e os grandes capitalistas por seu antecessor, como também teria em sua composição os fiéis representantes da burguesia para dar o caráter da amplitude de sua política e a quem ela atenderia.

38. Logo no início, o governo construiu acordo com todos os governadores e conseguiu aprovar no Congresso a Reforma da Previdência, que não cortou privilégios e sim direitos do funcionalismo público, reforma essa que FHC tentou fazer e não conseguiu por oposição do PT e por mobilizações da CUT e principalmente de seus sindicatos na época.
39. Além dessa reforma, o governo cortou drasticamente o orçamento para os serviços públicos para manter um superávit primário (economia dos gastos do Estado para o pagamento das dívidas externa e interna) ao gosto do FMI que hoje compromete parte considerável do PIB.
40. Para garantir a economia dos gastos do Estado para o pagamento dos juros da dívida, o governo cortou o dinheiro do Orçamento para efetivação da Reforma Agrária, para o combate ao trabalho e prostituição infantil seguindo da mesma maneira em relação à saúde, educação e moradia.
41. Os assassinatos e impunidade no campo continuaram e a criminalização aos movimentos sociais feita pelos governos do PSDB /PFL entre outros, conta com o silêncio do governo federal. Além do silêncio, o governo federal mesmo tendo como prioridade a política de cooptação do movimento sindical e popular, também se utilizou da força no caso da greve do funcionalismo em 2003 e no apoio à ação do Congresso Nacional no episódio da manifestação dos sem terra organizados no MLST.
42. Com a colaboração direta dos empresários e das centrais sindicais (incluindo a CUT) através do Fórum Nacional do Trabalho preparou e já entregou ao Congresso o projeto de Reforma Sindical e Trabalhista. Isso se transformou no pacote de maio de 2006, que garantia o reconhecimento oficial das centrais sindicais e criava o Conselho Nacional das Relações do Trabalho. Essas medidas provisórias foram derrubadas no final do ano passado, mas a proposta continua na pauta do governo tendo como objetivo centralizar poder nas mãos das centrais sindicais, acabando com autonomia dos sindicatos de base, abrindo caminho para flexibilização e retirada de direitos.
43. Não parou por aí. Todas as medidas sejam através de projetos de lei ou por medidas provisórias tiveram o objetivo de atender os interesses do Capital: a implementação das PPP's (Parceria Público Privada) além de darem continuidade ao processo de privatização, garantem dinheiro público para as empresas privadas fazerem seus investimentos com segurança. A Lei de Falência limita os valores que privilegiam os débitos trabalhistas e priorizam os bancos.
44. Para atender ao agronegócio liberou o plantio de transgênicos, virando as costas para os alertas de técnicos da área e ambientalistas que apontavam para o grave risco que tal medida pode causar a longo prazo para a população.

45. A política internacional nada difere de um mandato para outro. O governo Lula nas viagens à Ásia, Oriente Médio ou a participação nas reuniões de Davos ou do G8, tem como objetivo atrair mais empresas no País que terão a garantia de intensificar a exploração da força de trabalho já tão mal remunerada. A retomada do Mercosul é a tentativa de transformar o Brasil no país dominante numa América Latina já dominada. Todas as rodadas e encontros dos países demonstram a atitude do Brasil de ser o país a buscar mais vantagens em relação aos demais. O episódio de nacionalização do petróleo na Bolívia foi uma demonstração disso. Num primeiro momento um pretense respeito pela soberania da Bolívia, para em seguida tratar de garantir os lucros recordes que teve a Petrobras nesse país pobre que tem o gás com seu principal recurso econômico.
46. Também é demonstração dessa atitude dominante para a América Latina e ao mesmo tempo submissa aos EUA, quando tenta conter os ímpetus da esquerda na Venezuela ou então se distanciar de suas iniciativas que provocam o império.
47. Para coroar essa triste política internacional mantém as tropas brasileiras no Haiti com o objetivo de ganhar assento no Conselho de Segurança da ONU. Ao fazer isso contribui de maneira decisiva para a ocupação americana nesse país extremamente empobrecido em que o povo segue sofrendo e lutando em busca de sua autonomia.
48. Um dos elementos mais importantes para a análise do mandato anterior e desse que se inicia é a condução da política econômica. Mas, diferente do coro organizado, existente no País, que entende que o problema está nos juros altos aplicados pelo Banco Central, que impossibilitaria o setor industrial de crescer, a realidade é exatamente o contrário.
49. Se fossem somente os banqueiros os beneficiados com essa política econômica como explicar que logo no primeiro ano de governo Lula, as empresas com ações na Bolsa de Valores tiveram lucros que chegaram a 750%? Estamos falando justamente do setor industrial que garante seu lucro não pelas mãos dos donos das empresas, mas sim do trabalho realizado pelos/as trabalhadores/as que a cada dia diminui mais de valor.
50. Importante também lembrar que os lucros dos bancos, nada mais são do que o resultado da produção de todas as riquezas que aos saírem das fábricas como mercadorias vão para o mercado já carregadas de valor fruto do trabalho. As contas e grandes movimentações financeiras só existem a partir da produção de valor, coisa que o banco não faz, ele apenas se apropria desse valor já realizado no processo de produção.
51. No mandato anterior vivemos a continuidade e o aprofundamento de uma política que atende exclusivamente aos interesses do Capital: não houve reversão de nenhuma privatização feita pelos governos

Collor/FHC, nem a revogação de medidas contra os/as trabalhadores/as como terceirização, contrato temporário, lay-off (suspensão temporária do contrato sem garantia de retorno ao trabalho), flexibilização da jornada. E ainda assim o governo insistiu na propaganda sobre o aumento no número de trabalhadores formais (com registro em carteira), mas não discute em que condições esses/as trabalhadores/as se encontram: com salários arroxados, em muitos casos, abaixo do salário mínimo e em condições de trabalho extremamente precárias. Não é a toa que o Fundo Monetário Internacional (FMI) elogiou a reforma trabalhista, pois ela possibilitará diminuir ainda mais o custo de nossa força de trabalho.

52. E faltava apenas mais um detalhe para que o Partido nascido das lutas operárias e populares se transformasse no mesmo da política nacional. As denúncias de corrupção, envolvendo ministros do governo e parlamentares aliados chegaram dentro do próprio PT. O mesmo Partido que sempre se pautou pela ética na política, que não titubeava em defender CPIs para combater a corrupção, agora se transforma em vítima de uma conspiração nacional, para impedir as investigações e ao mesmo tempo tentar convencer a população que o chefe do time, o Presidente da República, que tem como característica ter controle sobre tudo o que acontece em sua volta, dessa vez nada sabia. Ao fazer isso se utiliza do velho mecanismo para manter sua base de sustentação no Congresso, a corrupção.
53. O cenário presente mostra que o grande pacote de maldades contra os/as trabalhadores/as vem nesse mandato. O discurso de vitória de Lula amparado por uma expressiva votação demonstra isso quando disse que esse próximo mandato seria de um governo para todos e que o movimento sindical podia pedir o que quisesse, mas que ele “daria” só o que sua responsabilidade permitisse.
54. Em outras palavras, o governo mandou o seguinte recado: sendo esse um governo para todos, esse será o governo do Capital, pois numa sociedade de classes não há possibilidade de atender os interesses antagônicos daqueles que, detendo os meios de produção, se apropriam da riqueza produzida pelos/as trabalhadores/as. Ao mandar o recado aos sindicalistas, quis mostrar que seguirá garantindo recordes de produção e lucros para as grandes empresas, diminuindo o valor da nossa força de trabalho, o que significa redução de salários e direitos.
55. Como fará isso? Alterando a legislação trabalhista? Entregando serviços públicos essenciais para a iniciativa privada, através das clássicas privatizações? Não. Fará isso de uma maneira muito mais sutil e ao mesmo tempo cruel, seguindo passos que darão a impressão de serem medidas que serão boas para todos, quando na verdade, o coração das reformas que se avizinham estão justamente na diminuição ainda maior do valor de nossa força de trabalho

56. A reforma da previdência realizada pelo governo FHC, eliminou e flexibilizou direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as como alteração do tempo de serviço para tempo de contribuição para aposentadoria, alteração nas regras da aposentadoria especial praticamente impedindo os/as trabalhadores/a de conseguirem esse direito, além de dificultar ainda mais o pagamento de benefícios e a caracterização das doenças provocadas pelo trabalho.
57. Já a reforma da previdência de Lula eliminou direitos dos/as trabalhadores/as no serviço público, com o discurso de combater os privilégios, manteve as altas aposentadorias do Estado e taxou a contribuição para os inativos como aumentou o tempo de trabalho dos funcionários que atendem diretamente a população. Sem dizer que não revogou nenhuma das medidas feitas pelo governo anterior, além de deixar aberta a possibilidade de privatização do seguro acidente de trabalho.
58. O principal argumento dos defensores da terceira reforma da previdência, os empresários representados pela CNI/FIESP e o próprio governo, é de que a previdência é deficitária e, portanto é preciso seguir o exemplo de outros países como Chile e Argentina que entregaram a previdência pública para os grandes grupos privados. O que eles ocultam propositalmente é fórmula que utilizam para chegar nesse déficit.
59. Primeiro é fácil entender porque Lula diz que não fará a terceira reforma da Previdência, porque tanto a herança de FHC, como a sua própria reforma feita em 2003 já garantem mecanismos que levam às mudanças que o capital necessita.
60. A criação da Super Receita que segue para aprovação final no Congresso, unifica a arrecadação do Estado, isso quer dizer que o que a Previdência arrecada agora entra na conta do Ministério da Fazenda.
61. O Super Simples aprovado também no ano passado, possibilita fraudes nas pequenas e médias empresas ao pagar a Previdência, portanto menos dinheiro para os cofres públicos. Além de atacar direitos dos/as trabalhadores/as reduzindo o recolhimento do FGTS de 8% para 4% e não exigindo fiscalização do Ministério do Trabalho, dessa forma os/as trabalhadores/as ficam sem canais de denúncia sobre por exemplo, não pagamento de férias, 13º, entre outros direitos.
62. O Pro-Uni (sistema de bolsa do governo nas faculdades privadas) isenta as faculdades também de pagar a Previdência.
63. Entidades tidas como filantrópicas, como Santas Casas e afins também são isentas do pagamento do INSS, portanto mais um rombo para Previdência.
64. Não existe concurso público para a Previdência há mais de 15 anos, os/as trabalhadores/as diminuem a cada dia porque se aposentam, então não há fiscalização nem combate às fraudes, a sonegação por

parte das empresas aumenta, sendo ela a principal causa do que existe de rombo na Previdência.

65. Os fundos de pensão hoje movimentam bilhões e estão interessadíssimos na gorda fatia da Previdência. Enquanto aqui se caminha cada vez mais para a previdência privada, países como a Argentina voltam à discussão da previdência pública garantindo aos/as trabalhadores/as argentinos/as agora a escolha no momento da admissão pela previdência pública. A experiência demonstrou que os grandes grupos econômicos lucraram muito com a privatização do sistema e que para os/as trabalhadores/as significou aumento do tempo de serviço para aposentadoria e dificuldades maiores em conseguir benefícios decorrentes de acidentes, afastamentos etc. Importante dizer que infelizmente parte considerável do movimento sindical, incluindo a CUT, hoje participa ativamente dos conselhos de Fundo de Pensão e defende sua ampliação.
66. Esses são alguns exemplos que mostram que não é na Previdência que está o rombo das contas públicas e sim na política do governo de sempre isentar os empresários, seja através da conivência com a sonegação e a fraude ou então com os mecanismos que expusemos acima. Certamente é a Previdência uma das maiores fontes seguras de arrecadação do Estado, pois todos/as os/as trabalhadores/as assalariados/as contribuem compulsoriamente todos os meses.
67. É com o objetivo de entregar o dinheiro dos/as trabalhadores/as para fundos de pensão privada, que o governo agora fala em novos critérios para concessão do auxílio doença, em manutenção da alta programada (mecanismo existente hoje no INSS, que libera o trabalhador afastado para o trabalho sem que esse tenha as mínimas condições de exercer sua função), em manutenção do fator previdenciário com o objetivo de aumentar a idade da aposentadoria, e na igualdade de idade para aposentadoria entre homens e mulheres, com o argumento que oculta a dupla jornada que ainda é uma realidade para as trabalhadoras.
68. E o espaço para essas reformas não se dará com projetos de lei do executivo ou do Congresso, mas sim através do Fórum Nacional da Previdência, criado no final de janeiro, que terá a participação do governo, de empresários e das centrais sindicais, que discutirão essas mesmas propostas e terão a tarefa de dizer que isso é um “anseio da sociedade” e não uma imposição dos empresários e do governo.
69. Esse Fórum assume as mesmas características do Fórum Nacional do Trabalho, criado em 2004, com o objetivo de propor alteração na legislação sindical e trabalhista. Cujo resultado foi a manutenção de tudo o que o movimento sindical combativo sempre enfrentou como a unicidade e o imposto sindical. A manutenção dessa estrutura sindical herdada do fascismo italiano e incorporada por Getúlio Vargas na Constituição, contou com o apoio de todas as centrais.

70. Junto à criação do Fórum da Previdência e ao anúncio do PAC, também foi instituído o congelamento do salário do funcionalismo. Agora também os/as trabalhadores/as rurais que vivem na informalidade sobrevivendo a duras penas com o dinheiro da aposentadoria também estão sendo responsabilizados pelo rombo na Previdência criado pelo próprio Estado.
71. Para além da Previdência, esse governo precisa garantir a principal reforma de interesse do Capital, ou seja, a partir do Estado controlar os/as trabalhadores/as e garantir lucros maiores às empresas.
72. Embora as medidas provisórias que garantiam reconhecimento jurídico das centrais sindicais e criavam o Conselho Nacional das Relações do Trabalho (CNRT) tenham caído, a volta desse debate já está na pauta do governo e do Congresso. Esse conselho terá a tarefa de garantir o reconhecimento ou não de novos sindicatos, como implementar através das centrais sindicais os acordos coletivos nacionais. E é exatamente aí que mora o perigo.
73. Uma demonstração mais exata disso, é o recente acordo realizado pela Volks, em São Bernardo do Campo, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
74. Em setembro, a montadora alemã, que tinha junto com as demais montadoras do País, batido recordes de produtividade e lucro, ameaçou os/as trabalhadores/as com 6 mil demissões. Os/as trabalhadores/as se organizaram e começaram uma greve que durou mais de uma semana.
75. A mobilização dos metalúrgicos do ABC contou com o apoio de metalúrgicos de outras regiões do estado de São Paulo e de outras categorias, nas paralisações que ocorreram no Pólo industrial de Cubatão e na paralisação dos/as trabalhadores/as da Toyota na região de Campinas. Todas elas organizadas pela Intersindical, mas que não chegaram como notícia aos metalúrgicos em greve propositalmente pelo sindicato em São Bernardo, que não tinha interesse em ampliar essa luta.
76. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC voltou a negociar e fechou uma proposta de acordo com a montadora semelhante a outros, reduzindo o número de demissões temporariamente e diminuindo o valor pago à força de trabalho, através da redução de direitos. Enquanto a greve acontece e as negociações também, o governo através do Ministro do Trabalho, ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, diz que é preciso chegar a um consenso entre trabalhadores e patrões e o governo blefa por um instante suspendendo o empréstimo do BNDES à Volks, que depois irá se confirmar.
77. O exemplo da Volks serve para demonstrar como age o governo no sentido de garantir os interesses da empresa, mas também com age parte do movimento sindical que foi ganho para a política de parceria com os patrões. É justamente esse setor que hoje dirige a CUT, que

está empenhado em aprovar a Reforma Sindical para possibilitar que acordos como esse, realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tenham abrangência nacional.

78. Em outras palavras não serão mais as assembléias de base dos/as trabalhadores/as que terão poder de decisão sobre suas reivindicações ou pela manutenção de seus direitos. A partir do momento em que avance a formatação da reforma e se não houver resistência através de mobilização dos/as trabalhadores/as, direitos como férias, 13º salário, licença maternidade entre outros poderão ser diminuídos e/ou eliminados.
79. Além dessa principal reforma, outras medidas iniciadas no mandato anterior, tomam forma neste, como é o caso das Parcerias Público Privada (PPPs).
80. As PPPs nada mais são do que um investimento sem risco para as empresas privadas. O governo entra com toda a infra-estrutura, e empréstimos do BNDES para construção de rodovias, ferrovias, saneamento, transporte e o capital privado entra depois para controlar esses serviços que deveriam ser públicos, mas que estarão sob o controle da iniciativa privada, gerando gordos lucros para estes, através de investimento público.
81. Um bom exemplo do prejuízo disso para a população é o triste episódio da cratera do Metrô em São Paulo. As PPPs do governo do estado, dirigido pelo PSDB/PFL, em nada diferem da proposta do governo federal. As principais construtoras do País ganharam a licitação e os funcionários e técnicos do metrô não têm nenhum acesso à obra, que foi denominada contrato de “porteira fechada”, onde o Estado não fiscaliza o trabalho executado pelas empreiteiras.
82. E na onda do discurso de desenvolvimento e crescimento chega o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) anunciado pelo governo em janeiro, como o grande responsável pelo crescimento econômico.
83. De fato, será mesmo responsável por garantir o crescimento dos lucros das grandes empresas, que irão se beneficiar das isenções de impostos e dos recursos do FGTS que serão utilizados pela construção civil.
84. Há que se ressaltar a questão do FGTS. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, já é uma derrota do/a trabalhador/a, pois ele substituiu a estabilidade a que tinham direito todos/as trabalhadores/as com mais de 10 de serviço. Hoje a derrota se transformou em mais um direito, que as empresas querem extinguir, com o falso argumento de que a força de trabalho brasileira é muito cara, pelos direitos adquiridos além do salário.
85. Enquanto não conseguem alterar a legislação, o FGTS dentro do PAC vai beneficiar o empreendimento das construtoras no país, enquanto aos/as trabalhadores/as não existe garantia de não haver rombo nas suas contas. A única garantia que o governo dá é a palavra do ex-ministro do Trabalho e ex-presidente da CUT, que comparada a nada é a mesma coisa.

86. Nesse ponto as centrais sindicais só diferem na forma, mas de maneira nenhuma no conteúdo. A Força Sindical quer que os recursos do FGTS sejam disponibilizados para aplicação na Bolsa de Valores, ou seja, entregar o dinheiro dos/as trabalhadores/as para a especulação financeira, já a CUT defende cegamente as propostas do governo e acredita que não existe risco de comprometimento do recolhimento do FGTS dos/as trabalhadores/as.
87. O PAC nos remete ao mesmo desenvolvimentismo defendido por JK, a promessa do crescimento de 50 anos em 5, como já vimos no início dessa análise atendeu exclusivamente aos interesses das grandes empresas instaladas no país. Agora, o governo se utilizará de recursos públicos para que a iniciativa privada possa alastrar seus lucros, ao mesmo tempo em que os recursos para pagar as dívidas externa e interna estarão garantidos. Pois vão sair justamente da saúde, educação, Previdência, sendo que manutenção da DRU (Desvinculação de Receitas da União) favorece isso - o governo fica livre para manejar como quiser o dinheiro.
88. Vivemos um momento onde o Estado é o Estado Mínimo, pois cada vez garante menos o acesso da população aos serviços essenciais. Ao mesmo tempo, vivemos sob o Estado Máximo. Máximo no sentido de reatualizar-se a cada nova necessidade do capital, como garantir o controle dos/as trabalhadores/as através da repressão ou cooptação de seus dirigentes e ao mesmo tempo concentrar riqueza aos donos dos meios de produção. Os lucros para o Capital estão garantidos pela transferência do público para o privado (como a previdência, a saúde e a educação). Se em períodos anteriores era necessário garantir esses serviços para a manutenção da força de trabalho, hoje com o aumento do desemprego e conseqüentemente do Exército Industrial de Reserva, o capital avança também sobre esses serviços e os/as trabalhadores/as ao necessitarem desses serviços que paguem por ele.
89. Mas a principal tarefa que tem o Estado nessa atual conjuntura é de garantir mecanismos que possibilitem a diminuição do valor da força de trabalho, por isso todas as medidas que já elencamos têm o objetivo de diminuir salários e flexibilizar ou eliminar direitos. Pois é dessa fórmula que o capital vive e se recupera de suas crises: da exploração do trabalho realizado pela classe trabalhadora.
90. Podemos afirmar que as particularidades de cada reforma ou medidas apresentadas pelo governo carregam dentro si uma singularidade que as tornam comuns no objetivo: o capital precisa diminuir o valor pago aos/as trabalhadores/as no processo de produção de riquezas. Para que através do trabalho, cada trabalhador/a possa gerar ainda mais valor à sua única mercadoria: sua força de trabalho.

91. Vimos que tanto no Brasil como no mundo, a produção de toda a riqueza segue sendo realizada através do trabalho, de trabalhadores/as assalariados/as. Encontrem-se eles/as em contratações formais ou não. Pode-se mudar de cidade, região ou país, mas segue sendo a força de trabalho assalariada a produtora de todas as mercadorias que circulam no comércio mundial. A valorização das mercadorias se dá exatamente no processo produtivo, ou seja, é o trabalho da classe trabalhadora que dá valor a todas as coisas produzidas.
92. Portanto, os governos sejam no Brasil ou no coração do sistema capitalista, confirmam ser o Estado uma das principais contra-tendências para o Capital superar suas crises cíclicas.
93. Para os/as trabalhadores/as, o caminho segue sendo o da luta, que exige nesse momento um novo patamar que não pode ser mais só o da resistência aos ataques, mas sim o avanço de novas reivindicações. A tarefa não é nada fácil, pois o conjunto de reformas que elencamos nessa breve análise, não virá a público de maneira direta e ofensiva. Por isso a necessidade de retomar a luta a partir de nossa organização a partir do local de trabalho é fundamental.
94. Nos reconhecemos como classe e não apenas como categorias distintas, ampliar a discussão para além dos locais de trabalho e nos colocarmos em movimento são as tarefas mais importantes para o próximo período. Para que sejam esses os passos iniciais para subverter a ordem que faz com que os capitalistas se enriqueçam na exata medida da miséria da imensa maioria da humanidade.
95. Subverter a ordem para construir os passos que nos levem a uma sociedade onde a riqueza produzida possa ser dividida por quem a produz, uma sociedade socialista.
96. Por isso nosso Sindicato deve estar empenhado em dois movimentos: a reorganização do movimento sindical dos que não se renderam à política de parceria com os inimigos de classe e ao mesmo tempo com várias organizações e movimentos populares organizar as necessárias mobilizações para enfrentar os ataques do capital.
97. Além disso, é necessário resgatar, afirmar e concretizar as bandeiras do conjunto da classe trabalhadora.
- A luta de classes e a construção a partir das lutas cotidianas do Socialismo.
 - Pela autodeterminação dos povos: em defesa da luta do povo palestino, iraquiano e todos aqueles que combatem a invasão imperialista.
 - Em defesa do povo cubano e das conquistas de sua Revolução.
 - Solidariedade ativa às lutas que acontecem na América Latina.
 - Pela retirada das tropas brasileiras do Haiti e contra a ocupação do País patrocinada pelo governo Lula a serviço dos EUA.

- Contra a política do governo Lula que para atender aos interesses do Capital, prepara o ataque aos direitos da classe trabalhadora. Nenhum apoio ao PAC, ao Fórum da Previdência e a outras medidas que atendem aos interesses dos patrões.
- Retomar a luta pelo não pagamento da Dívida Externa.
- Reforma Agrária, em defesa da terra, emprego, salários e direitos.
- Pela unidade e solidariedade da classe trabalhadora internacionalmente, para a construção de um outro mundo necessário e socialista.
- Por “Nenhum Direito a menos, Avançar nas Conquistas”.

